

Como os líderes autoritários exploram o gênero*

Elin Bjarnegård e Pär Zetterberg

Elin Bjarnegård é professora de ciência política na Uppsala University. Pär Zetterberg é professor de ciência política na Uppsala University. Eles são coautores de How Autocrats Weaponize Women’s Rights, publicado na edição de novembro de 2022 do Journal of Democracy em português.

A tendência atual de retrocesso democrático, autoritarismo e autocratização não só desafia as instituições democráticas, como também pode ser vista como um ataque aos valores liberais, tais como a igualdade de gênero. Líderes políticos como Vladimir Putin, Viktor Orbán e Recep Tayyip Erdoğan chamaram a atenção da mídia por suas observações sexistas e declarações depreciativas sobre a “ideologia de gênero”, aumentando a conscientização sobre a relação entre posturas críticas a questões de gênero e o autoritarismo. Essas figuras são frequentemente vistas como promotoras de uma reação ideológica contra as conquistas feministas das últimas décadas. O chauvinismo espontâneo de Orbán contra as mulheres, por exemplo, tem sido atribuído ao desejo de manter as mulheres fora da esfera pública e dentro da cozinha.¹

Ao mesmo tempo, porém, líderes autoritários às vezes se manifestam em defesa dos direitos das mulheres. Quando Orbán discursou no

* Publicado originalmente como “How Authoritarians Exploit Gender”, *Journal of Democracy*, Volume 37, Number 1, January 2026 © 2026 National Endowment for Democracy and The Johns Hopkins University Press.

Parlamento Europeu em outubro de 2024, por exemplo, ele condenou a violência contra as mulheres.² E, longe dos holofotes da mídia, líderes autoritários competem para ver quem é o mais favorável à igualdade de gênero e divulgam os avanços de seus respectivos países nessa área. De fato, líderes autoritários têm adotado reformas de igualdade de gênero num ritmo sem precedentes.³ Graças às cotas eleitorais, por exemplo, as autocracias ocupam atualmente quatro das cinco primeiras posições quando se trata da representação das mulheres no parlamento: Ruanda lidera a lista, seguida por Cuba e Nicarágua, com os Emirados Árabes Unidos em quinto lugar.

Como entender essas tendências simultâneas, mas aparentemente contraditórias, nos discursos e ações dos líderes autoritários? A resposta começa com o reconhecimento de que, ao contrário do que muitos observadores afirmam,⁴ *não* estamos testemunhando um comportamento de cunho ideológico. Pelo contrário, em vez de colocar o gênero no centro de suas agendas, os líderes autoritários tratam as questões de gênero como ferramentas — instrumentos flexíveis que podem ser adaptados a usos que sirvam ao objetivo último de permanecer no poder.

Assim, observamos os líderes autoritários usando tanto o “*genderbashing*” quanto o “*genderwashing*”. Chamamos de *genderbashing* quando líderes autoritários exploram medos, ansiedades e inseguranças da população reprimindo os direitos das mulheres e denunciando o ativismo de gênero como contrário ao patriotismo, à tradição e à soberania nacional. Nesse caso, os líderes autoritários sinalizam um distanciamento das normas liberais internacionais para apaziguar segmentos conservadores e nativistas da população. O *genderwashing*, por outro lado, envolve abraçar — e tentar levar o crédito por — avanços em direção a uma maior igualdade de gênero como forma de parecer progressista, liberal e até democrático, enquanto desvia a atenção das práticas autoritárias persistentes. Ao sinalizar a adesão às normas liberais de gênero, os líderes autoritários tentam evitar a pressão para liberalizar mais amplamente.

A abordagem oferece versatilidade aos líderes autoritários. Eles querem conhecer as opiniões dos cidadãos não para atendê-las, mas

para explorá-las, adaptando e difundindo seletivamente mensagens para os públicos que mais se identificam com elas. O mesmo líder pode praticar *genderbashing* ou *genderwashing*, dependendo do público que está sendo visado e do tema político que está sendo discutido.

Abordagens autoritárias de gênero

Nas últimas décadas, surgiram normas internacionais importantes em relação à igualdade de gênero. Os apelos para que as organizações da ONU, os Estados-membros e as sociedades civis busquem a igualdade de gênero levaram a melhorias notáveis e tangíveis na participação das mulheres na política, mas também contribuíram para que o gênero fosse visto como um conceito liberal e um símbolo das normas internacionais prescritas pelas Nações Unidas. Gênero é um conceito ambíguo que pode ser usado de diferentes maneiras. Essa fluidez o torna uma ferramenta versátil para os políticos.

Tanto o *genderwashing* quanto o *genderbashing* revelam elementos estratégicos da política de gênero. Um dos casos mais citados de *genderwashing* autocrático, Ruanda, é uma autocracia há mais de vinte anos, mesmo tendo ganhado fama de “líder em questões de gênero”, com a maior proporção de mulheres no legislativo nacional do mundo. Em 2023, uma conferência sobre igualdade de gênero intitulada “Women Deliver”, atraiu mais de seis mil delegados a Kigali, capital de Ruanda. Muitos delegados disseram que se sentiam felizes e gratos pela conferência ter sido realizada em Ruanda, um país com tantos avanços. Assim como diplomatas e doadores antes deles, os delegados ignoraram as práticas autocráticas persistentes do país anfitrião, focando em reformas de igualdade de gênero cuidadosamente selecionadas e visíveis.

Políticas de igualdade de gênero de grande visibilidade, como cotas eleitorais, também podem ser usadas para esconder o retrocesso democrático, como visto na Sérvia. De acordo com a Freedom House, o Partido Progressista Sérvio (SNS), atualmente no poder, tem pressionado

a mídia, a oposição e a sociedade civil, ao mesmo tempo em que corrói os direitos políticos e as liberdades civis. A cientista política sérvia Jelena Lončar argumenta que os avanços em direção a uma maior igualdade de gênero, alcançados enquanto a erosão ocorria, precisam ser vistos como uma distração da deterioração democrática. O governo do SNS aumentou as cotas (pelo menos 40% de todos os candidatos ao parlamento devem ser mulheres), introduziu leis sobre igualdade de gênero e prevenção da violência doméstica e colocou mais mulheres do que nunca em cargos executivos, incluindo Ana Brnabić, que é abertamente lésbica e atuou como primeira-ministra de 2017 a 2024. No entanto, em segundo plano, sempre houve um retrocesso democrático. Essas medidas foram colocadas em primeiro plano para apaziguar os progressistas no país e atores internacionais, como a União Europeia, ao mesmo tempo em que desviam a atenção da direção menos democrática que o SNS estava imprimindo à vida política sérvia.⁵

A América Latina também oferece exemplos de *genderwashing*. Para marcar o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres de 2021, a vice-presidente da Nicarágua, Rosario Murillo, falou sobre as conquistas de seu país em matéria de igualdade de gênero, por exemplo, no que diz respeito à representação parlamentar das mulheres. Como parte de uma campanha do governo para “marcar” a Nicarágua como líder regional e até mundial, ela chamou o país de “exemplo” e “inspiração” em relação à igualdade de gênero. Para provar esse ponto, porta-vozes do governo costumam citar rankings mundiais de igualdade de gênero. O governo sandinista, liderado pelo presidente Daniel Ortega, tem bons motivos para se preocupar com sua imagem.

Desde que Ortega voltou ao poder, em 2007, a democracia do país deteriorou-se a tal ponto que a Freedom House classifica a Nicarágua como “não livre”. O partido sandinista no poder (FSLN) manipula as eleições, controla todos os poderes do governo, incluindo o judiciário, e permite ampla corrupção oficial, que raramente é investigada. Para o governo da FSLN, destacar sua liderança em igualdade de gênero parece oferecer um atalho para melhorar sua imagem junto a outros governos

e seus próprios cidadãos, bem como um meio de desviar a atenção das medidas repressivas contra dissidentes.

No Oriente Médio, o príncipe herdeiro da Arábia Saudita, Mohammed bin Salman (MBS), emergiu como um autocrata que gosta de se apresentar como um defensor da igualdade de gênero. A Arábia Saudita não possui instituições democráticas — seu Majlis, ou Assembleia Consultiva, é totalmente nomeado pelo rei e só pode dar sugestões —, mas MBS entende que ainda precisa conquistar o apoio dos sauditas mais jovens. Seu plano “Visão 2030” para modernizar o país prevê que mais mulheres ingressem na força de trabalho para diversificar a economia. Para isso, em 2018, MBS finalmente cedeu às demandas da campanha “Women2Drive”. Mobilizada principalmente por ativistas mulheres online, a campanha foi acompanhada, no momento de seu triunfo, pela prisão de várias ativistas proeminentes, incluindo Loujain al-Hathloul e Eman al-Nafjan. A reformulação da imagem do governo, sem responder aos cidadãos, parece ter sido o principal motivo para permitir que as mulheres sauditas assumissem o volante.

O *genderwashing* é um exemplo do que o falecido cientista político Joseph Nye chamou de “*soft power*”. Ele é exercido não por meio de coerção ou suborno (que são exemplos de “*hard power*”), mas pela capacidade de atrair o público com retórica e tipos específicos de políticas.⁶ Um governo pode usar métodos mais severos mesmo enquanto exerce o *soft power*, como ilustram os casos da Nicarágua e da Arábia Saudita. Regimes autoritários comunicam suas conquistas em matéria de igualdade de gênero a vários públicos, ao mesmo tempo em que continuam usando táticas repressivas e ditatoriais típicas, como prender líderes da oposição, reprimir brutalmente protestos em massa e assim por diante. A promoção da igualdade de gênero é vista de forma pragmática, como uma ferramenta. Se promover a igualdade de gênero parecer útil para o projeto de se manter no poder, então os autocratas promoverão a igualdade de gênero. Se isso deixar de ser útil, eles a abandonarão. Ninguém deve nutrir a ilusão de que há algum princípio nobre em ação.

As posturas antigênero podem parecer menos calculadas, mas também são uma ferramenta para líderes, como Orban, que desejam justificar o retrocesso democrático. Ele e o seu partido Fidesz têm visado particularmente a “ideologia de gênero” como um perigo para a nação e para os cidadãos comuns.[†] Diz-se que ela se opõe ao bem-estar geral das famílias húngaras, e os indivíduos LGBTQI+ têm sido retratados como inimigos dos valores familiares tradicionais.⁷ Em 2018, uma revista alinhada com o governo publicou uma lista de pesquisadores da Academia Húngara de Ciências, acusando-os de trabalhar com “direitos dos homossexuais e ciência de gênero”. Seguiu-se a isso um decreto que levou a emendas concretas em várias leis.

Na prática, as novas leis proibiram os estudos de gênero nas universidades.⁸ Em 2021, a Assembleia Nacional da Hungria aprovou uma lei que proibia as escolas de ensinar menores sobre orientação sexual e identidade de gênero. Essa lei foi acusada de deliberadamente confundir homossexualidade com pedofilia e foi chamada de propaganda antigay e homofobia patrocinada pelo Estado.⁹ A Comissão Europeia reagiu imediatamente ao novo projeto de lei, com a presidente Ursula von der Leyen chamando-o de “uma vergonha” e os comissários compartilhando publicamente uma carta descrevendo-o como uma violação da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia.¹⁰

A Hungria está longe de ser a única a usar o *genderbashing*. Mesmo democracias ocidentais consolidadas, que antes eram defensoras do *soft power* e se orgulhavam de serem vanguardistas das normas liberais, como a igualdade de gênero, agora avançam numa direção iliberal, associando os valores familiares tradicionais ao patriotismo.¹¹ A “ideologia de gênero” é interpretada como sendo contrária a esses valores e como uma influência imposta e perigosa que organizações como a UE e a ONU promovem agressivamente.¹² Em 2021, o presidente Erdogan

† O primeiro-ministro húngaro Viktor Orbán e seu partido, Fidesz, foram derrotados nas eleições parlamentares húngaras de 12 de abril de 2026, encerrando 16 anos de governo marcados, entre outros aspectos, por políticas amplamente criticadas por restringirem direitos de mulheres e de pessoas LGBTQI+ (N.E.).

retirou a Turquia do acordo do Conselho da Europa sobre a prevenção e o combate à violência contra as mulheres e a violência doméstica, comumente conhecido como Convenção de Istambul. A declaração oficial acusava o acordo, “originalmente destinado a promover os direitos das mulheres”, de ter sido “sequestrado por um grupo de pessoas que tentam normalizar a homossexualidade” e considerou isso “incompatível” com os “valores sociais e familiares” turcos.¹³ O uso da palavra “gênero” em vez de “mulheres” é visto como particularmente provocativo. Autoridades turcas alegaram que as leis nacionais e os costumes tradicionais são suficientes para proteger as mulheres da violência.¹⁴

A retirada ocorreu num momento em que o governo de Erdogan enfrentava um desafio acentuado pela sua derrota em algumas eleições locais. A retirada da Convenção de Istambul foi entendida como parte da estratégia de sobrevivência de um regime autoritário, e não como resultado de uma oposição genuína à ordem dos direitos humanos.¹⁵ Argumentou-se que a retirada uniu a base eleitoral conservadora de Erdogan, ajudou-o a construir pontes com o Partido da Felicidade (um grupo islâmico à direita do presidente) e permitiu a repressão de críticos da sociedade civil, como os defensores dos direitos das mulheres.¹⁶ A Convenção de Istambul tornou-se um símbolo num debate mais amplo sobre a igualdade de gênero como um valor fundamental da UE. O governo húngaro também classificou a Convenção de Istambul como uma ameaça aos valores familiares e um exemplo de “ideologia de gênero”.

Movimentos de direita fora da Europa também promoveram a oposição à “ideologia de gênero”. No Brasil, o ex-presidente Jair Bolsonaro assumiu o cargo em 2019 prometendo combatê-la, assim como o “politicamente correto”, como parte de sua defesa dos valores familiares. A tendência geral na América Latina tem sido a de que o gênero se torne uma linha divisória central e simbólica na política. As promessas de proteger a família da desordem moral estão no centro, e há uma apresentação estratégica do gênero como uma ideologia que ameaça a ordem natural e os valores nacionais.¹⁷ O ataque ao gênero é, portanto, outro fenômeno generalizado em que líderes autoritários

invocam estrategicamente o gênero como um símbolo da influência estrangeira imposta e da decadência moral. Dessa forma, o ataque ao gênero é utilizado para promover a independência, o patriotismo e os valores familiares tradicionais.

O uso estratégico do gênero

Os líderes autoritários utilizam um amplo repertório de estratégias para se manterem no poder, desde a propaganda até a manipulação e a coerção direta. Qual estratégia é utilizada em cada momento é uma questão de análise de custo-benefício: os líderes buscam abordagens que prometam fazer o máximo para se manter no poder, incorrendo no mínimo de risco. Tanto os governantes quanto os opositores fazem escolhas estratégicas com base nos recursos disponíveis e nos custos prováveis. Os líderes autoritários utilizam os recursos do governo sempre que possível e, muitas vezes, exercem um controle considerável sobre as ferramentas de influência e repressão. Isso inclui instituições políticas, o sistema de justiça penal, a mídia, a internet e especialistas profissionais em relações públicas especializados na construção de marcas e imagens.

O componente estratégico da implantação dessas ferramentas torna-se mais claro se considerarmos que os mesmos governos usam tanto *genderwashing* quanto *genderbashing*. Os líderes podem mudar de estratégia ao longo do tempo, dependendo das necessidades políticas percebidas mais recentes, ou podem mostrar faces diferentes para públicos diferentes ao mesmo tempo ou quase ao mesmo tempo. O fato de Putin ter intensificado sua retórica sobre valores tradicionais e aprovado uma lei que proíbe a propaganda LGBTQ+, ao mesmo tempo em que decidiu travar uma guerra em grande escala contra a Ucrânia, não é uma coincidência, mas uma estratégia. Putin afirma estar lutando contra a influência das ideias ocidentais para defender um “mundo multipolar”

menos dominado pelos conceitos ocidentais que muitas sociedades rejeitam.

No entanto, essa nem sempre foi sua linha de pensamento. Putin costumava falar mais positivamente sobre a igualdade de gênero, mas gradualmente se afastou desse discurso. Suas mensagens sobre gênero são deliberadas, e o que ele diz de-

pende do eleitorado que precisa convencer. No início dos anos 2000, seus discursos no Dia Internacional da Mulher enfatizavam salário igual para trabalho igual, a necessidade de mais mulheres no governo e a responsabilidade conjunta dos pais pela criação dos filhos.¹⁸ No entanto, quando foi necessário justificar a guerra contra a Ucrânia, a ênfase passou a ser a proteção dos valores nacionais russos — e a “ideologia de gênero” deve ter parecido fácil de ser apresentada como antagonista desses valores.

Na Nicarágua, as estratégias de *genderwashing* foram combinadas com outras mais próximas do *genderbashing*, visando certas comunidades em momentos estratégicos. Durante décadas, os sandinistas revolucionários tiveram uma relação conflituosa com a Igreja Católica, mas Ortega percebeu — após três tentativas frustradas de conquistar a presidência — que precisava dos eleitores católicos se quisesse vencer em 2006. Durante a campanha daquele ano, o FSLN formou um pacto informal com a Igreja, concordando em apoiar a proibição do aborto em circunstâncias muito específicas, como para salvar a vida da mulher grávida.¹⁹ Em outubro de 2006, um mês antes da eleição presidencial, a Nicarágua se tornou um dos poucos países do mundo a aplicar a proibição total do aborto. Isso ilustra como as abordagens de gênero estão incorporadas em estratégias mais amplas de busca de poder e que as abordagens podem ser diferentes em situações diferentes.

O genderbashing é mais do que uma forma clássica de “governo pelo medo”: é também uma estratégia destinada a legitimar o governo autoritário aos olhos da população do país, ao mesmo tempo em que atrai a atenção positiva de setores influentes no exterior.

Na Uganda do presidente Yoweri Museveni (há quase quarenta anos no poder), estratégias de *genderwashing* e *genderbashing* parecem estar simultaneamente em curso, variando não com o tempo, mas entre áreas políticas e públicos. Museveni liderou a inclusão das mulheres na política. Em vez de o resultado de demandas de baixo para cima, essa inclusão assumiu a forma de cotas de gênero impostas de cima para baixo, descritas como um favor que o governo concede às mulheres, para mostrar ao mundo o compromisso de Museveni com a democracia.²⁰

Embora a representação política das mulheres tenha se tornado institucionalizada, os direitos de outras pessoas com identidades de gênero marginalizadas não foram garantidos. Em maio de 2023, Museveni assinou uma das leis anti-LGBTQ+ mais severas do mundo, incluindo a pena de morte para atos homossexuais. Museveni já havia dito anteriormente que, embora se oponha à homossexualidade, não vê a questão como uma prioridade. Antes de sancioná-la, ele temia que a lei pudesse prejudicar as relações de Uganda com doadores e investidores.²¹ No entanto, a lei tem amplo apoio dentro de Uganda, onde é amplamente vista como um sinal de independência do Ocidente. Diante da condenação internacional generalizada, os políticos ugandenses citam a lei para se distanciar do Ocidente e mostrar que não serão intimidados ou ameaçados. “Nós nos mantivemos firmes na defesa da cultura, dos valores e das aspirações do nosso povo”, declarou a presidente do Parlamento, Anita Among.²²

Como sugerem esses casos, é provável que diferentes questões relacionadas às reformas de igualdade de gênero sejam mobilizadas para diferentes fins. Em consonância com a ambiguidade da palavra “gênero”, “política de igualdade de gênero” é um rótulo amplo que abrange uma variedade de políticas. As questões específicas que recebem amplo apoio ou provocam resistência variam entre os países. Dito isso, análises recentes indicam que, no cenário político contemporâneo, as políticas relacionadas à sexualidade e à família (como direitos reprodutivos, políticas familiares, violência contra as mulheres e educação sexual) enfrentam uma resistência particularmente forte, enquanto as políticas econômicas relacionadas ao gênero (como as que proíbem a

discriminação e abrem o mercado de trabalho) costumam ser menos controversas.²³ Questões que abordam a sexualidade e a família são particularmente propensas a serem usadas em estratégias de *gender-bashing*, enquanto questões relacionadas à igualdade de gênero nas esferas econômica e política são mais úteis quando líderes autoritários buscam se envolver em *genderwashing*.

Conciliando o *genderwashing* e o *genderbashing*

Como o *genderwashing* e o *genderbashing*, duas estratégias aparentemente contraditórias, podem ser compreendidos? Propomos que a história de sucesso global do gênero explique as abordagens divergentes dos líderes autoritários. A igualdade de gênero passou a ser vista como uma norma liberal-democrática fundamental.²⁴ Os líderes autoritários aprenderam que as organizações internacionais e os doadores de mentalidade liberal valorizam tanto a igualdade de gênero que desejam vê-la incorporada em todos os lugares e por todos. A história de sucesso da igualdade de gênero também se tornou um símbolo importante para um conjunto mais amplo de valores fundamentais associados à ONU, à UE e aos países ocidentais em geral. Os líderes autoritários conhecem o poder de usar o gênero como um símbolo e um sinal.

Muitas vezes, esses líderes sentem que podem se beneficiar se associando à democracia sem permitir mais concorrência pelo poder ao adotar reformas superficiais de igualdade de gênero. O *genderwashing* enquanto estratégia ganha destaque quando regimes autoritários buscam ajuda, comércio e reconhecimento de organizações internacionais e

O *genderwashing*, por mais superficial que seja, também pode criar janelas de oportunidade para mulheres e atores feministas (com vínculos com o governo), que buscam dar substância aos conceitos vazios de empoderamento oferecidos pelo governo.

do Ocidente. Por outro lado, quando os líderes autoritários querem se distanciar das organizações internacionais ou das potências ocidentais, as questões de gênero assumem um significado diferente em meio a restrições contra os direitos reprodutivos das mulheres, os direitos LGBTQI+ e a “ideologia de gênero”. A busca por ajuda e comércio recebe menos ênfase do que a alegação do regime de estar protegendo valores patrióticos e tradicionais, mantendo a influência externa e o declínio moral em xeque.²⁵

Tanto o *genderwashing* quanto o *genderbashing* são exercícios de poder destinados a legitimar o regime autoritário. Nye define “poder” como “a capacidade de influenciar os outros para obter os resultados desejados”.²⁶ Uma suposição fundamental é que o que os líderes autoritários desejam é sobretudo permanecer no cargo e continuar governando. Tradicionalmente, o manual do ditador sugere que a melhor maneira de conseguir isso é por meio de ferramentas de *hard power*, como o medo e a coerção.²⁷ O *genderbashing* é, pelo menos em parte, semelhante a esses métodos tradicionais, pois busca instilar o medo ao retratar grupos como feministas, pessoas transgênero e minorias sexuais como inimigos.

Tanto o *genderbashing* quanto o *genderwashing* utilizam a palavra “gênero”, mas os vemos como decorrentes de dois tipos opostos de lógica autocrática, conforme descrito por Johannes Gerschewski.²⁸ O *genderbashing* segue uma estratégia de politização excessiva ligada ao *hard power*: o regime amplifica narrativas do tipo “nós contra eles”, retratando a “ideologia de gênero” como uma ameaça às famílias e às crianças e mobilizando apoio por meio de propaganda e desinformação.

O *genderwashing*, por outro lado, reflete uma lógica despolitizante baseada no *soft power*: ao adotar políticas de igualdade de gênero populares e aparentemente apolíticas, os líderes autoritários tentam obter o que querem por meio da atração, em vez da coerção. Com o fim da Guerra Fria e o surgimento da globalização e das tecnologias da informação, esses recursos de poder brando ganharam importância. As democracias ocidentais esperavam que a integração de regimes autoritários em uma ordem internacional liberal os tornaria mais receptivos

à reforma política e, eventualmente, transformaria essas políticas em democráticas. Em vez disso, os líderes autoritários aprenderam uns com os outros e sequestraram o *soft power* para minar os princípios democráticos.²⁹

A aprendizagem autoritária também implica que a gestão da imagem nacional se tornou uma ferramenta cada vez mais importante para competir por ideias e pela opinião pública. Embora classificar-se como igualitário, por muito tempo, tenha atraído atenção positiva e prestígio internacional, as dinâmicas de poder estão mudando de forma a favorecer algumas formas não tão liberais de imagem nacional. Sinalizar distanciamento da ordem mundial liberal é uma forma de gerenciamento de imagem. Quando líderes autoritários criticam publicamente o que chamam de “ideologia de gênero”, eles estão sinalizando aos seus homólogos iliberais em outros países que estão do mesmo lado em uma “guerra cultural” global.

Os líderes autoritários disputam influência sobre como as pessoas percebem o mundo. A fragmentação dos canais de informação torna possível manipular a compreensão de questões como gênero, espalhando mensagens distorcidas e desinformação para criar o espantinho da “ideologia de gênero” ou para tornar o gênero um “fantasma abrangente” que absorve uma série de medos.³⁰ Assim, o *genderbashing* é mais do que uma forma clássica de “governo pelo medo”: é também uma estratégia destinada a legitimar o governo autoritário aos olhos da população do país, ao mesmo tempo em que atrai a atenção positiva de setores influentes no exterior.

Implicações para a democracia e a igualdade de gênero

Os defensores da democracia e da igualdade de gênero precisam entender os usos que os líderes autoritários fazem do *genderwashing* e do *genderbashing*. Ambas são estratégias destinadas a desviar a atenção

(ou justificar) violações das normas e instituições democráticas. Como tal, o *genderwashing* e o *genderbashing* constituem ameaças à democracia.

De que forma e quando elas também são ameaças reais à igualdade de gênero? O *genderbashing* é claramente prejudicial por si só. Ele deslegitima as políticas de gênero, cria ameaças fictícias, como a “ideologia de gênero”, e demoniza certos grupos e comunidades como prejudiciais à sociedade. Além disso, quando a retórica autoritária sustenta políticas como a lei anti-LGBTQ+ de Uganda ou a proibição dos estudos de gênero na Hungria, há resultados tangivelmente perigosos. Quando a Turquia se retirou da Convenção de Istambul em 2021, o objetivo pode ter sido mostrar ao mundo a independência nacional e a resistência à influência externa, mas um resultado real e prejudicial foi a redução dos níveis de proteção contra a violência para mulheres e meninas. Essa redução teve uma dimensão formal e jurídica, mas também ocorreu no âmbito das normas e ideias sobre gênero e violência, justificando a discriminação e até mesmo a violência contra grupos vulneráveis.

O *genderwashing* é geralmente mais difícil de detectar, porque aparentemente promove a igualdade de gênero. Como podem as reformas de igualdade de gênero, mesmo que superficiais, ser prejudiciais à igualdade de gênero? Se a narrativa de igualdade de gênero inerente ao *genderwashing* envia sinais de que as mulheres estão protegidas, isso pode criar uma falsa sensação de segurança potencialmente perigosa. As reformas feitas apenas para aparência não costumam gerar muitos resultados. Como disse um profissional de relações públicas que se arrependeu de ter feito gestão de imagem de regimes autoritários: “É quase como uma trapaça. Não se pode borrifar perfume em cocô. Ele ficará com um cheiro agradável por um tempo, mas eventualmente cheirá como realmente é”.³¹

Em uma nota mais positiva, há também casos em que o *genderbashing* levou a protestos internacionais, bem como à mobilização feminista nacional e transnacional. Reconhecer seus componentes estratégicos também pode ser útil para se engajar na comunicação e na oposição eficaz. O *genderwashing*, por mais superficial que seja, também pode

criar janelas de oportunidade para mulheres e atores feministas (com vínculos com o governo), que buscam dar substância aos conceitos vazios de empoderamento oferecidos pelo governo. Mas, para que esses efeitos positivos ocorram, o *genderwashing* e o *genderbashing* precisam primeiro ser vistos pelo que realmente são: estratégias autoritárias.

É importante compreender que o gênero se tornou uma estratégia generalizada e versátil para líderes autoritários se quisermos, por um lado, revelar as estratégias e, por outro, lançar contraestratégias relevantes e eficientes. Por exemplo, se os defensores da democracia e os ativistas dos direitos das mulheres apenas retratarem os governos que praticam o *genderbashing* como misóginos ideológicos, correm o risco de exacerbar a polarização, deixando pouco espaço para o diálogo e a negociação. Se os apoiadores da democracia e dos direitos das mulheres reconhecerem que as posições sobre as questões de gênero podem ser volúveis e mutáveis, no entanto, as contraestratégias podem ser adaptadas de forma mais flexível, buscando oportunidades para promover a igualdade de gênero e a democracia.

Notas

Os autores gostariam de agradecer o apoio do Conselho Sueco de Pesquisa (bolsa n. 2024-01479), do *Riksbankens Jubileumsfond* (bolsa n. SAB23-0076) e do Colégio Sueco de Estudos Avançados.

- 1 Kinga Rajzak, “Conservative Backlash Against Women’s Rights in Hungary”, *Insight Hungary*, 2020, <https://insighthungary.444.hu/2020/12/14/conservative-backlash-against-womens-rights-in-hungary>.
- 2 Eszter Zalan, “MEPs Debate Hungary’s Presidency Programme with Prime Minister Viktor Orbán”, Press Release (European Parliament, 9 outubro 2024), <https://www.europarl.europa.eu/news/en/press-room/20241003IPR24420/meps-debate-hungary-s-presidency-programme-with-prime-minister-viktor-orban>.
- 3 Daniela Donno, Sara Fox, e Joshua Kaasik, “International Incentives for Women’s Rights in Dictatorships”, *Comparative Political Studies* 55 (março 2022): 451–92.
- 4 Susan Faludi et al., “A Conversation with Susan Faludi on Backlash, Trumpism, and #MeToo”, *Signs: Journal of Women in Culture and Society* 45 (janeiro 2020): 336–45.
- 5 Jelena Lončar, “Autocratic Genderwashing: Gender-Equality Reforms in Serbia”, *Politics and Governance* (28 maio 2024).
- 6 Joseph S. Nye, “Soft Power”, *Foreign Policy* 80 (outono 1990): 153–71; Joseph S. Nye, “Soft Power: The Evolution of a Concept”, in *Essays on Evolutions in the Study of Political Power* (Londres: Routledge, 2021).
- 7 Dorottya Szikra e Kerem Gabriel Öktem, “An Illiberal Welfare State Emerging? Welfare Efforts and Trajectories Under Democratic Backsliding in Hungary and Turkey”, *Journal of European Social Policy* 33, n. 2 (2023): 201–15.
- 8 Lauren Kent e Samantha Tapfumaneyi, “Hungary’s PM Bans Gender Study at Colleges Saying ‘People Are Born Either Male or Female’”, CNN, 19 outubro 2018, <https://www.cnn.com/2018/10/19/europe/hungary-bans-gender-study-at-colleges-trnd/index.html>.

- 9 Phillip Ayoub e Kristina Stoeckl, “The Global Resistance to LGBTIQ Rights”, *Journal of Democracy* 35 (janeiro 2024): 59–73 [Ed. bras.: “A resistência global aos direitos LGBTQI”, *Journal of Democracy em português* 13, n. 1 (maio 2024)].
- 10 Lorna Hutchinson, “EU Member States Express ‘grave Concern’ over Hungary’s LGBTIQ Discrimination”, *The Parliament*, 2018, <https://www.theparliamentmagazine.eu/news/article/eu-member-states-express-grave-concern-over-hungarys-lgbtqi-discrimination>.
- 11 Erica Chenoweth e Zoe Marks, “Revenge of the Patriarchs”, *Foreign Affairs*, 8 março 2022, <https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2022-02-08/women-rights-revenge-patriarchs>.
- 12 Elżbieta Korolczuk e Agnieszka Graff, “Gender as ‘Ebola from Brussels’: The Anticolonial Frame and the Rise of Illiberal Populism”, *Signs: Journal of Women in Culture and Society* 43 (junho 2018): 797–821.
- 13 Presidência da República da Turquia, “Statement regarding Türkiye’s withdrawal from the Istanbul Convention”, 2021, <https://www.iletisim.gov.tr/english/haberler/detay/statement-regarding-turkeys-withdrawal-from-the-istanbul-convention>.
- 14 “Turkey Quits Accord on Violence Against Women”, *Deutsche Welle*, 2021, <https://www.dw.com/en/turkey-quits-istanbul-convention-on-violence-against-women/a-56936323>.
- 15 Tuğba Bayar, “Turkey’s Withdrawal from Istanbul Convention: International Human Rights Regime Vis-à-Vis Authoritarian Survival”, *Turkish Studies* 25, n. 1 (2024): 22–42.
- 16 Hürcan Asli Aksoy, “What Lies Behind Turkey’s Withdrawal from the Istanbul Convention?”, *Stiftung Wissenschaft Und Politik*, 2021, <https://www.swp-berlin.org/publikation/what-lies-behind-turkeys-withdrawal-from-the-istanbul-convention>.
- 17 Flávia Biroli e Mariana Caminotti, “The Conservative Backlash Against Gender in Latin America”, *Politics and Gender* 16, n. 1 (março 2020).

- 18 Janet Johnson et al., “Mixed Signals: What Putin Says about Gender Equality”, *Post-Soviet Affairs* 37, n. 6 (2021): 507–25.
- 19 Karen Kampwirth, “Abortion, Antifeminism, and the Return of Daniel Ortega: In Nicaragua, Leftist Politics?”, *Latin American Perspectives* 35, n. 6 (2008).
- 20 Anne Marie Goetz e Shireen Hassim, eds., *No Shortcuts to Power: African Women in Politics and Policy Making* (Londres: Zed, 2003); Aili Mari Tripp, “The Instrumentalization of Women Opposition Leaders for Authoritarian Regime Entrenchment: The Case of Uganda”, *Politics and Governance* 11, n. 1 (2023): 152–63.
- 21 “Uganda’s New Anti-Homosexuality Law Bans Identification as LGBTQ”, Al-Jazeera, 22 março 2023, <https://www.aljazeera.com/news/2023/3/22/uganda-passes-tough-antigay-law-bans-identification-as-lgbtq>.
- 22 AFP, “Uganda’s President Signs ‘World’s Harshest’ Anti-LGBTQ Bill into Law”, France24, 30 maio 2023, <https://www.france24.com/en/africa/20230530-condemnations-as-uganda-s-presidents-sign-harsh-anti-lgbtq-bill-into-law>.
- 23 Saskia Brechenmacher, “The New Global Struggle over Gender, Rights and Family Values”, 2025, Carnegie Endowment for International Peace, <https://carnegieendowment.org/research/2025/06/the-new-global-struggle-over-gender-rights-and-family-values>; Andrea Krizsan e Conny Roggeband, “Towards a Conceptual Framework for Struggles over Democracy in Backsliding States: Gender Equality Policy in Central Eastern Europe”, *Politics and Governance* 6, n. 3 (2018): 90–100.
- 24 Donno, Fox, e Kaasik, “International Incentives for Women’s Rights in Dictatorships”.
- 25 Ayoub e Stoeckl, “Global Resistance to LGBTIQ Rights”; Gino Pauselli e María-José Urzúa, “Why Autocracies Fear LGBTQ+ Rights”, *Journal of Democracy* 35 (abril 2024): 80–92 [Ed. bras.: “Por que as autocracias temem os direitos LGBTQ+”, *Journal of Democracy em português* 13, n. 2 (outubro 2024)].
- 26 Nye, “Soft Power”, 2021, 197.

- 27 Sergei Guriev e Daniel Treisman, *Spin Dictators. The Changing Face of Tyranny in the 21st Century* (Princeton: Princeton University Press, 2022).
- 28 Johannes Gerschewski, *The Two Logics of Autocratic Rule* (Cambridge University Press, 2023).
- 29 Christopher Walker, “The Authoritarian Threat: The Hijacking of ‘Soft Power’”, *Journal of Democracy* 27 (janeiro 2016): 49–63 [Ed. bras.: “O sequestro do ‘soft power’”, *Journal of Democracy em português* 5, n. 5 (maio 2016)].
- 30 Judith Butler, *Who’s Afraid of Gender?* (Nova York: Farrar, Strauss and Giroux, 2024).
- 31 Robert Booth, “Does This Picture Make You Think of Rwanda?”, *Guardian*, 3 agosto 2010, seção Media, <https://www.theguardian.com/media/2010/aug/03/london-pr-rwanda-saudi-arabia>.